Resenha

O Tribunal de Segurança Nacional e a repressão aos comunistas e integralistas (1936-1938)

ROGÉRIO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS
Centro Estadual de Educação Tecnológica
Paula Souza. Hortolândia, SP-Brasil

NEVES, D. R. S. **O Tribunal de Segurança Nacional e a Repressão aos Comunistas e Integralistas (1936-1938)**. Apres. de Tiago Santos Salgado. Curitiba: Prottexto, 2015, 196 p.

1. SOBRE O AUTOR:

David Rodrigues Silva Neves é historiador formado em história pela Universidade de Taubaté e mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cursando o doutorado na mesma área pela Universidade Estadual de Campinas, desenvolvendo pesquisas sobre o Tribunal de Segurança Nacional e repressão política.

Atualmente, leciona história na rede oficial de ensino no Estado de São Paulo.

2. SOBRE A OBRA:

“O Tribunal de Segurança Nacional e a Repressão aos Comunistas e Integralistas (1936-1938)” é fruto das pesquisas em nível de mestrado do autor, analisando a referida corte criada pela Lei nº. 244, de 11 de setembro de 1936, que vinculada à Justiça Militar, foi estabelecida para

julgar crimes políticos e os cometidos contra a economia popular, estando intimamente ligada à repressão ao fracassado levante comunista ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1935 ante o governo do presidente Getúlio Vargas (1882-1954).

Adquirindo a feição de um tribunal militar, em 1936, o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) assumiu uma feição permanente em 1937, e restou politicamente subordinado ao Poder Executivo, no que esclarece o autor que além da repressão aos comunistas – a mais rigorosa – o TSN também empreendeu julgamentos aos participantes do “putsch” – palavra oriunda do idioma alemão que remete a golpe de Estado e uso de força – promovido pelos adeptos do integralismo, movimento de extrema-direita que buscou derrubar Vargas, em 1938, além de processar e julgar no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) cidadãos alemães, italianos e japoneses acusados de participação em atos de sabotagem, espionagem e práticas atentatórias às leis nacionalistas e à própria economia popular (NEVES, 2015, p. 108).

Analizando processos do TSN contidos no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro – em particular os do açougueiro José Monte Júnior (condenado por propaganda extremista) e do líder integralista Nestor Contreiras Rodrigues (portador de armas de guerra em sua fazenda no município de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro) – o autor acrescenta ao rol de pesquisas a biografia de importantes nomes da advocacia brasileira, como Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) – defensor do militar e líder comunista Luís Carlos Prestes (1898-1990, o “Cavaleiro da Esperança”), que em seu intento invocou o Estatuto dos Animais (Decreto nº. 24.645/1934, posteriormente revogado pelo Decreto nº. 11/1991), editado no próprio governo Vargas e com a rubrica conjunta do seu então ministro da agricultura Juarez do Nascimento Fernandes Tavora (1898-1975) – em favor de seu cliente, bem como, Antônio Evaristo de Moraes (1871-1939) e Evandro Cavalcanti Lins e Silva (1912-2002), os quais contribuíram decisivamente para solidificar os princípios do contraditório e do duplo grau de jurisdição como necessários para o estabelecimento de um paradigma ético no espectro processual e constitucional brasileiro no bojo de julgamentos que, além

de Monte Júnior, Prestes e Contreiras Rodrigues, alcançaram nomes como os de Agildo Barata Ribeiro (1905-1968), Antônio Maciel Bonfim, Apolônio de Carvalho (1912-2005), Caio da Silva Prado Júnior (1907-1990), Honório de Freitas Guimarães (1902-1968), José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948), Carlos Marighella (1911-1969), Plínio Salgado (1895-1975), Patrícia Rehder Galvão (1910-1962, a “Pagu”) e Arthur Ernest Ewert (1890-1959, o “Harry Berger”), este, ao lado da esposa Elisabeth Saborowsky Ewert (1907-1940, a “Sabo”), submetidos a terríveis torturas pela polícia política chefiada por Filinto Müller (1900-1973) o qual acabou os seus dias internado em hospital psiquiátrico, em contexto que registra, ainda, processos que chegaram a ter suas sentenças reformadas em segunda instância.

Neves (2015, p. 22-23) esclarece que o seu objeto de pesquisa não resta esgotado, especialmente pelas possibilidades de novas evidências e interpretações não testadas e não libertas do campo das ideias e que, na lavra do autor, poderão ser abordadas em futuros trabalhos, em ações que permitem aquilatar a mentalidade dos situacionistas e o próprio molde institucional do Estado Novo (1937-1946) e sua dimensão repressiva – apoiada, sobretudo, na Lei nº. 38, de 4 de abril de 1935 (a Lei de Segurança Nacional, apelidada de “lei monstro”) –, teatro no qual o então TSN adquire em princípio autonomia (especialmente pelo estado de guerra que o país assumirá em face do segundo conflito mundial), desestabiliza-se e então se extingue, em consequência do próprio fim do estadonovismo, ainda que tenha sido reformado em 1937, de forma que os crimes de natureza política fossem deslocados para outra corte com competência específica para tanto.

Ao lado da análise documental, a obra não abandona o estudo dos referenciais de ordem legal do período, uma vez que não ignora, por exemplo, a atuação institucional de Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968, o “Chico Ciência”, apelido recebido em virtude do intelecto), jurista de grande contribuição para a redação da Constituição de 1937 (a “Polaca”, assim vulgarmente chamada, segundo muitos, por conta da inspiração no modelo semifascista polonês), que é outra significativa personagem na consolidação daquele quadro social, sem olvidar do papel

dos atores que engendraram ações de natureza mais política, como as do general Olímpio Mourão Filho (1900-1972) e, mesmo, as midiáticas, sobretudo, na divulgação do falso “Plano Cohen”, em estratégias capazes de cooptar o Congresso Nacional para a aprovação de um estado de guerra e para a suspensão por noventa dias de garantias individuais, no bojo de uma abordagem que une o marco jurídico ao histórico.

O autor reitera que a leitura feita por sua pesquisa não coloca um ponto final no estudo desse período da história brasileira, especialmente por conta das contradições e forças sociais envolvidas no interior de condicionantes estruturais que abrem muitas outras possibilidades dentro do fluxo infindável da história (NEVES, 2015, p. 190).

Por derradeiro, “O Tribunal de Segurança Nacional e a Repressão aos Comunistas e Integralistas (1936-1938)”, de David Rodrigues Silva Neves, representa uma significativa contribuição para o estudo dos aspectos jurídicos e históricos do TSN e do período autoritário que o circundou, abrindo o leque de entendimento e interpretação dos significados de seus processos e julgamentos no interior dos contextos em que foram produzidos.

DADOS DO AUTOR

ROGÉRIO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS

Mestre em Direito Internacional pela Universidade Metodista de Piracicaba. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Hortolândia, SP-Brasil.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9385140173843446>

E-mail: rdfdospassos@hotmail.com

Submetido em: 18-1-2018

Aceito em: 6-3-2018